

Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação

*The Third Way and educational policies:
a new mantra for education*

*Tercera Vía y políticas educativas:
un nuevo mantra para la educación*

LUÍS ANTONIO GROPPA
MARCOS FRANCISCO MARTINS

Resumo: A partir da revisão de literatura especializada, o artigo objetiva relacionar a sociologia de Giddens com a doutrina da Terceira Via. Entre as propostas se destacam novas atribuições da sociedade civil e do Estado, sobretudo em matéria de políticas sociais e educacionais. Algumas continuidades entre a sociologia de Giddens e a Terceira Via são demonstradas, como a reflexibilidade, os resultados não-esperados das ações individuais e a imponderabilidade do capitalismo global, referendando concepções como a incapacidade humana para determinar sua história e a importância da formação do indivíduo reflexivo, através da educação, para enfrentar os desafios da contemporaneidade.

Palavras-chave: Anthony Giddens; Terceira Via; política educacional; reflexibilidade; sociedade civil.

Abstract: Based on the review of specialized literature, the article seeks to establish the relationship between Giddens' sociological work and the doctrine of the Third Way. Among the proposals are new roles of civil society and the State, particularly with regard to social and educational policies. Some continuities between Giddens' sociology and the doctrine of the Third Way are demonstrated, such as reflectivity, the production of non-expected results of individual actions, and the imponderability of global capitalism, validating concepts such as human inability to determine its history and the importance of the formation of the reflexive individual, through education, to face contemporary challenges.

Keywords: Anthony Giddens; Third Way; educational policy; reflectivity; civil society.

Resumen: A partir de la revisión de literatura especializada, el artículo tiene por objetivo establecer la relación entre la sociología de Giddens y la doctrina de la Tercera Vía. Entre las propuestas se destacan nuevas atribuciones de la sociedad civil y del Estado, particularmente en materia de políticas sociales y educativas. Algunas continuidades entre la sociología de Giddens y la doctrina de la Tercera Vía se comprueban, como el carácter reflexivo, la producción de los resultados no esperados de las acciones individuales y la imponderabilidad del capitalismo global, validando concepciones como la incapacidad humana para determinar su historia y la importancia de la formación del individuo reflexivo, por medio de la educación, para enfrentar los retos de la contemporaneidad.

Palabras clave: Anthony Giddens; Tercera Vía; política educacional; reflectividad; sociedad civil.

INTRODUÇÃO

Desde o final dos anos 1990, a Terceira Via vem sendo o principal discurso político-ideológico a referendar a *práxis* hegemônica das elites dominantes e dirigentes do capitalismo global. Trata-se de um renovado discurso que flexibiliza alguns dos dogmas do neoliberalismo predominante até então, o que nos permite chamá-lo de “neoliberalismo de Terceira Via”. Um de seus traços mais paradoxais é o de ter sido abraçado, como discurso e/ou programa político, por alguns dos principais partidos e governos ditos de “esquerda” ou progressistas, a começar pelo Novo Trabalhismo Inglês e o governo de Tony Blair. Esta metamorfose intrigante das forças da esquerda “moderada”, assumindo discursos e práticas da direita neoliberal, ainda que em um tom heterodoxo, como Terceira Via, é o assunto inicialmente discutido neste texto.

Mas o foco deste escrito é mesmo a sistematização daquela doutrina pelo sociólogo britânico Anthony Giddens. Ele foi quem mais a assumiu e organizou como ideologia política, ao mesmo tempo em que explanou, em linguagem coloquial, o neoliberalismo da Terceira Via. Esta discussão ocupa a maior parte do texto, passando por um olhar sobre a teoria sociológica de Giddens e, em especial, suas propostas de contrabalançar – mas nunca combater – o poder do mercado pela atuação “positiva” do Estado e da “sociedade civil”. Esta, composta por atores individuais e associações voluntárias do tipo Organizações Não-Governamentais (ONGs), cujas atribuições incluiriam a parceria com o Estado na execução de políticas sociais, em especial na área da assistência social e da educação.

Apesar de Giddens não fazer da educação tema central de sua sistematização da doutrina da Terceira Via, ela aparece em sua obra com alguma importância, referendando o discurso oficial do líder trabalhista Tony Blair, como se discute ao final deste texto.

O NOVO TRABALHISMO INGLÊS

Um bom indicador das transformações no Partido Trabalhista Inglês, outrora importante representante dos interesses da classe trabalhadora inglesa, sob a pressão dos tristes tempos neoliberais, está na narração de Ricardo Antunes (2001) sobre a postura deste partido em relação à greve de doqueiros de Liverpool iniciada em 1995. Os acontecimentos ajudam a revelar um pouco das condições políticas da Grã-Bretanha que deram origem ao *New Labour* (Novo Trabalhismo) inglês. A greve acabou só em 1998, sem conseguir atingir seu objetivo, qual seja, evitar a flexibilização

Este artigo se originou das aulas e discussões para a disciplina “Sociedade Civil e Educação”, ministrada no Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Unidade Americana, no 2º sem. de 2006 e no 2º sem. de 2007. Agradecemos aos alunos que participaram desta disciplina pela leitura e debate de versão preliminar deste artigo.

laboral do sistema portuário e a conseqüente degradação das condições de trabalho, mesmo com Tony Blair, líder do Partido Trabalhista, já empossado como primeiro-ministro. Durante a greve, os doqueiros mal tiveram apoio do Partido Trabalhista e da central a ele ligada. Enfim, Blair assumiu o poder mais preocupado em provar ao capital que seu governo não era uma ameaça ao seu pleno desenvolvimento do que em defender os interesses dos trabalhadores.

A Inglaterra passara por longo domínio do Partido Conservador, desde 1979, com Margareth Thatcher e John Major, que implementaram uma reforma neoliberal radical que desmanchou o Estado de Bem-Estar inglês. O retorno do trabalhismo parecia significar a retomada do que fora perdido, mas logo se dissiparam as ilusões. O *New Labour* afastara-se mesmo dos sindicatos (e os sindicatos, dos trabalhadores) e aproximou-se cada vez mais do empresariado britânico, tornando-se, mesmo, sua expressão. Buscou caminho alternativo que preservaria certos traços da social-democracia em associação com os elementos básicos do neoliberalismo: passara a defender, tanto quanto o neoliberalismo, a economia de mercado, a flexibilização do trabalho, as desregulamentações, a economia globalizada, etc (ANTUNES, 2001, p. 97).

Mais tarde, chamar-se-ia tal proposta de Terceira Via, com Blair intelectualmente respaldado não só por Anthony Giddens, mas também por David Miliband.¹

Para Antunes, principalmente no caso dos textos de Tony Blair, abunda na Terceira Via um “abrandamento discursivo e a ambigüidade do ideário” (ANTUNES, 2001, p. 98). Na prática, Blair chegou mesmo a dar continuidade à poda dos direitos sociais, inclusive daqueles que protegiam as mães solteiras e os deficientes físicos, gerando muitos protestos. Afora o lamentável alinhamento automático à política externa dos EUA.

Se o trabalhismo britânico deslocou-se mais à “direita” ao assumir a *práxis* da Terceira Via, tal qual fizeram outros partidos “progressistas” mundo afora – como o social-democrata alemão –, as instituições supranacionais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e até mesmo o Fundo Monetário Internacional, deslocaram seu discurso mais para o “centro”, abrandando o teor neoliberal dogmático de seus documentos e intervenções nos países periféricos do capitalismo global. Se isto começou pelo paulatino reconhecimento da importância e das funções auxiliares de “novos sujeitos políticos” da “sociedade civil” – leia-se, ONGs de tipo propositivo – logo também passou a se expressar pelo reconhecimento da importância do Estado que, ainda que “mínimo” em sua interferência nas relações de mercado, passa a ser reconhecido importante como gestor das políticas sociais e na garantia do bom funcionamento do próprio mercado (MELO, 2005).

¹ Miliband foi ministro do Meio Ambiente durante o governo de Tony Blair e, com sua queda e substituição pelo também trabalhista Gordon Brown, em 2007, assumiu uma Pasta ainda mais importante, a de ministro das Relações Exteriores.

ANTHONY GIDDENS E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO

Anthony Giddens, sociólogo britânico nascido em 1938, foi assessor do ex-primeiro-ministro inglês Tony Blair e passou a ocupar em 1996 o cargo de reitor da London School of Economics, “maior centro formulador do pensamento liberal europeu”, nas palavras de Lima e Martins (2005, p. 44).

Segundo Domingues (2001), Giddens é um dos autores que, principalmente a partir dos anos 1970, tentaram realizar uma síntese na teoria sociológica entre as tendências anteriores que enfatizavam a ação e o sujeito (subjativismo) ou o sistema e a estrutura (objetivismo). Outro importante autor que se esmerou neste sentido foi o francês Pierre Bourdieu,² no entender de Domingues.³

Giddens teve grande produção acadêmico-científica desde muito jovem. Entre outras importantes contribuições para a Sociologia, como o diálogo entre as tradições clássicas de Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber,⁴ destaca-se a busca de uma teoria social geral presente nas obras da metade dos anos 1970 e o início da década seguinte. Com elas, elaborou a sua teoria da estruturação. Tal teoria propunha como unidade de análise a “Dualidade da Estrutura” (DOMINGUES, 2001, p. 63). Aí se articulariam os pólos da subjetividade e objetividade, ou seja, a “capacidade reflexiva dos atores e [...] [o] condicionamento de estruturas prévias” (DOMINGUES, 2001, p. 63).

Os atores sociais, nesta teoria, são considerados sempre como reflexivos, ou seja, eles podem mudar seu comportamento a qualquer momento, gestando um processo contínuo de “estruturação”. Tais atores seriam sempre hábeis na vida prática social, mesmo sem conhecer mais profunda e conceitualmente toda a realidade (de modo análogo ao uso que todos fazemos da linguagem, mesmo sem conhecer ou dominar todas as regras da língua), pois se trata da consciência prática. Enfim, é muito importante em sua teorização a noção de “conseqüências não intencionais da ação” dos sujeitos, como veremos.

Em relação à estrutura, ela tem caráter condicionante e, ao mesmo tempo, capacitador da ação dos atores, ao fornecer regras e recursos. Entretanto, a estrutura é concebida, de modo obscuro na opinião de Domingues (2001), tanto como “real” – como algo que se cristaliza nas instituições e mentes dos indivíduos – quanto

² Bourdieu (1930-2002) é autor de obra extensa e variada, dentro da Antropologia e da Sociologia. Na Sociologia da Educação, em particular, foi um dos formuladores da teoria da reprodução (BOURDIEU e PASSERON, 1975).

³ Curioso, mas revelador, é que a obra coordenada por Giddens e J. Turner sobre as principais teorias sociais contemporâneas não tenha capítulo algum sobre Bourdieu, que ficou relegado a uma nota de rodapé do capítulo dedicado apenas a Giddens (COHEN, 1999, p. 394, nota 4), ainda em meio a outros autores de menor relevo.

⁴ Realizando em âmbito europeu, mais especificamente britânico, uma síntese já produzida no Brasil por Florestan Fernandes (conforme, em especial, FERNANDES, 1972).

“virtual” – ao existir fora do tempo e do espaço, concretizada quando vem constituir os sistemas sociais. Para Domingues, deste modo, Giddens “reifica” as estruturas, e aquilo que existe como possibilidade e heterogeneidade na mente e na prática dos agentes tende a se “cristalizar” e ganhar uma realidade própria – de modo semelhante ao que fez Ferdinand de Saussure⁵ quando concebeu as estruturas da Língua. A estrutura em Giddens, diferente de Bourdieu e até de Talcott Parsons,⁶ não é tão somente descritiva, mas concebida como realidade efetiva.

Claramente, apesar de tentar uma síntese entre todas as teorias sociais, é o Estruturalismo quem desempenha papel principal em sua teoria (secundado pelo funcionalismo e a teoria da ação). A “interação social”, por exemplo, acaba em segundo plano. O mesmo acontece com a ação social e até mesmo com o conceito de sistema social – esse último referindo-se à “sociedade”, ou seja, à realidade que concretamente poderia combinar ação e estrutura. A teoria de Giddens acaba enfatizando os pólos “ação individual” e “estrutura”, concebidos de modo abstrato e até reificado.

Quanto à sua concepção de história, Giddens busca superar o evolucionismo de Parsons e o materialismo histórico (que para ele, era bem próximo do evolucionismo). Para Giddens, o evolucionismo é uma concepção unidirecional da história, tida como uma crescente adaptação das sociedades ao meio e do individual ao social. Diversamente, mais que as continuidades da história, para ele são importantes os episódios intempestivos no curso das mudanças sociais, as descontinuidades. A modernidade é ela própria concebida como a radicalização da descontinuidade, ao realizar “desencaixes” dos sujeitos de contextos mais estáveis, de modo a acentuar a reflexividade individual e social (a necessidade e importância dos indivíduos avaliarem por si mesmos as condições e possibilidades de ação, em vez de seguirem as tradições).

Na prática, se a história é fruto da ação humana, não o é dos resultados esperados pelos atores, mas principalmente das conseqüências não-intencionais desta ação. Paradoxalmente, essa visão se aproxima daquela concebida pelo arauto do neoliberalismo, Friedrich von Hayek, sobre mercado e evolução, ou seja, de que os indivíduos pouco domínio e visão têm da totalidade da realidade social. De maneira que os resultados gerais da combinação das ações individuais dificilmente podem ser previstos, ainda que, para Hayek, quanto mais livres as ações, mais “justos” os resultados seriam:

⁵ Saussure (1857-1913) foi um lingüista suíço de fundamental importância para o desenvolvimento da ciência Lingüística. O aspecto fundamental de sua teoria era a diferenciação entre a *parole* (discurso) e a *langue* (língua) – sendo a segunda uma construção social, a ser analisada em suas estruturas fundamentais, de modo antes diacrônico que sincrônico (diferentemente da lingüística até então praticada).

⁶ Parsons (1902-1979) é sociólogo norte-americano, autor de obras que buscaram constituir uma Teoria Social Estrutural-Funcionalista.

não tem grande importância se os objetivos de cada indivíduo visam apenas as necessidades pessoais ou se incluem as de seus amigos mais próximos, ou mesmo mais distantes – isto é, se ele é egoísta ou altruísta na acepção comum das duas palavras. O fundamental é que cada pessoa só se pode ocupar de um campo limitado, só se dá conta da presença de um número limitado de necessidades. Quer seus interesses girem apenas em torno das próprias necessidades físicas, quer se preocupe com o bem-estar de cada ser humano que conhece, os objetivos que lhe podem dizer respeito corresponderão sempre a uma parte infinitesimal das necessidades de todos os homens. [...] os limites dos nossos poderes de imaginação nos impedem de incluir em nossa escala de valores mais que uma parcela das necessidades da sociedade inteira (HAYEK, 1987, p. 76).

É claro que, mesmo neste aspecto, há diferenças entre o liberal-conservador e o novo trabalhista inglês que são importantes, mas não essenciais. Giddens ampliará um pouco o leque de preocupações sociais possíveis de serem abarcadas pelo indivíduo, considerando-o, na contemporaneidade, como mais inteligente, sensível, informado e flexível – ao mesmo tempo admitindo tais qualidades também como novas necessidades para se enfrentar o mundo “globalizado”, mais perturbado e incerto (LIMA e MARTINS, 2005).

A SOCIOLOGIA DE GIDDENS E A TERCEIRA VIA

Do que já descrevemos, gostaríamos de ressaltar algumas idéias sociológicas de Giddens que ajudaram a fundamentar a proposta da Terceira Via. Três delas, cruciais, são sintetizadas a seguir:

a) A concepção que permite dizer que a história e a transformação das estruturas sociais independem da vontade humana, ainda que sejam intrinsecamente produtos das suas ações: o agente individual, ao tentar influenciar estas estruturas e processos, provavelmente vai gerar, antes de tudo, resultados não esperados. Tal é o fundamento de Giddens para criticar o socialismo, em argumento que fatalmente se aproxima da crítica neoliberal, ao estilo de Hayek e de Lyotard,⁷ a arbitrariedade de todo e qualquer planejamento coletivo.

b) Giddens sugere aos indivíduos que usem sua “reflexividade” – potencializada nos dias de hoje graças ao aumento de informação disponível, do desenvolvimento dos meios de comunicação e dos demais produtos científicos e tecnológicos,

⁷ Eis o que diz Lyotard em “O pós-moderno”, cujo sugestivo título do capítulo 10 é “A deslegitimação”: “Na sociedade e na cultura contemporânea, sociedade pós-industrial, cultura pós-moderna, a questão da legitimação do saber coloca-se em outros termos. O grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido. [...] Pode-se ver neste declínio dos relatos um efeito do desenvolvimento das técnicas e das tecnologias [...] que eliminou a alternativa comunista e que valorizou a fruição individual” (LYOTARD, 1993, p. 69)

da inteligência, da educação e da criatividade – para “lidar” com os constantes riscos e instabilidade do sistema histórico-social.

c) Derivada da segunda idéia, nesta terceira afirma-se que, de certa forma, é a estrutura quem age, os indivíduos tão somente “reagem” e devem fazer isso com criatividade. Assim se fundamenta a assertiva de que não é possível nem desejável recuperar o Estado de Bem-Estar, e que a globalização e o capitalismo de livre mercado são imponderáveis, aos quais é preciso nos submetermos e adequarmos, ainda que de forma criativa e reflexiva.⁸

Várias obras acadêmicas de Anthony Giddens atestam os fundamentos teóricos destas assertivas, com destaque para *As conseqüências da modernidade* (GIDDENS, 1991) e *Modernização reflexiva* (GIDDENS, BECK e LASH, 1997). Elas são aplicadas, em geral indireta ou não explicitamente, em suas obras do final dos anos 1990, que assumem o caráter de manifestos políticos, como *A terceira via* (GIDDENS, 2001a) – original de 1998 – e *A terceira via e seus críticos* (GIDDENS, 2001b) – original de 2000. Abordaremos adiante mais essas últimas, cujo caráter é mais prático, político e doutrinário que sociológico. Mas, certamente, como dito, elas têm algo da tentativa de concretizar suas idéias sociológicas mais gerais.

Gohn (1999) descreve que, muitas vezes, desde o final do século XIX, como admite o próprio Giddens, o termo “Terceira Via” foi usado para sugerir um “caminho intermediário” em tempos de crise política e indefinição, como, por exemplo, pela social-democracia alemã nos anos 1920 (colocando-se como opção entre o liberalismo e o socialismo soviético), pelo fascismo italiano (idem), pelos defensores do socialismo de mercado nos anos 1960 e pelo Partido Comunista Italiano nos anos 1970 (com sua proposta de eurocomunismo).

Até mesmo Karl Mannheim, no final dos anos 1940, utilizou termos parecidos para defender o “Planejamento Democrático” – nem liberalismo, nem totalitarismo, mas “planejamento democrático” – ajudando a conformar o Estado de Bem-Estar e interventor tão forte na segunda metade do século XX (MANNHEIM, 1961).

A Terceira Via atual parece uma suposta alternativa e ao mesmo tempo uma combinação de elementos do Neoliberalismo⁹ e da Social-Democracia – que um dia já foi proposta ela mesma como Terceira Via, e que é hoje, muito mais, o verniz do projeto ideológico de Giddens e de Blair. A Terceira Via se pensa tão somente nos marcos do capitalismo e, ainda mais estritamente, do capitalismo gerado pelo neoliberalismo,

⁸ Afinal, segundo GIDDENS (2001b, p. 166), “não há mais alternativa conhecida à economia de mercado; a competição de mercado gera ganhos a que nenhum outro sistema pode se equiparar”.

⁹ Apesar de Giddens insistir em diversos momentos que isto não é verdade. Diz ele: “A política da terceira via não é, como é retratada com tanta freqüência, uma capitulação ao neoliberalismo” (GIDDENS, 2001b, p. 165); “A política da terceira via não é uma continuação da filosofia do neoliberalismo, mas uma filosofia política alternativa a ele” (GIDDENS, 2001b, p. 40).

pela globalização e pelos demais elementos do atual processo de desenvolvimento do capital, que tem na financeirização uma de suas marcas características.

De fato, a Terceira Via de Giddens está longe de ser uma retomada do Estado de Bem-Estar. O que propõe é uma certa “humanização” do Estado neoliberal e da sociedade de livre mercado. Segundo Clóvis Rossi (apud GOHN, 1999, p. 70-71), diante das crescentes mazelas sociais geradas pelas reformas neoliberais e pelo Consenso de Washington, os dirigentes políticos dos países ricos e do capital transnacional só se mobilizaram quando estas passaram a afetar o mercado financeiro e gerar crise financeira. Mais importante, sobrevinha o fantasma da revolução social. Mais que combater a injustiça pela justiça, tratava-se de minorar os problemas sociais para evitar a revolução e o caos. De modo que, assim, era preciso recuperar e/ou garantir a “Coesão Social”.

O próprio Tony Blair deixa claro o quão perto do neoliberalismo está a Terceira Via e, sobre a educação, afirma que se trata mesmo de uma mobilização consciente e ativa (via intervenção do Estado inclusive, algo menos afeito ao liberalismo estrito) do ensino em prol da formação deste indivíduo em acordo com a nova sociabilidade burguesa:

É necessário um governo ativo na educação, capaz de abrir o acesso ao capital e aos mercados, que promova a competição nos mercados de produtos e coordene o investimento em infra-estrutura. [...] A meta da política é aproximar o governo do povo e reestruturar os serviços públicos que cercam as pessoas, em vez de esperar que as pessoas moldem suas vidas em torno da estrutura do governo (apud GOHN, 1999, p. 72).

Para Neves (2005), a Terceira Via, tão bem expressa pelas obras de Giddens, legitima o projeto mais global de fomentar uma nova forma de sociabilidade burguesa, para o qual os Estados devem se reformar, a sociedade civil se redirecionar e os indivíduos se educarem. Grosso modo, esta nova sociabilidade burguesa – neoliberalismo de Terceira Via – leva bem mais em consideração os problemas de caráter coletivo e a necessidade de participação política dos cidadãos comuns em comparação com o neoliberalismo ortodoxo, tendo em vista remediar os próprios males sociais e o risco de caos sociopolítico gerados pelas reformas neoliberais recentes.

A Terceira Via tem sido um projeto político-social direcionado, em primeiro lugar, a forças de centro-esquerda que assumiram o poder em países importantes (como o novo trabalhismo inglês, os novos democratas nos Estados Unidos, os socialistas franceses, os social-democratas alemães e os “social-democratas” no Brasil) ou que estavam em vias de assumir (como Lula no Brasil). Apesar de aceitar certas teses centrais do neoliberalismo, busca “refiná-las” com base nas experiências de governos europeus e norte-americano que, apesar de servirem a ideologias e partidos sob alcunhas da esquerda, acataram as principais reformas já implementadas pelo neoliberalismo e buscaram, considerando estas reformas como limites e condições,

criar modos alternativos de lidar com os problemas sociais e de desagregação sociopolítica em seus países. Seus defensores e aprendizes vêm realizando Cúpulas da Governança Progressiva – outro termo usado como sinônimo de Terceira Via – desde 1999. Fernando Henrique Cardoso participou da Cúpula até 2002, quando ainda era presidente brasileiro. Lula, já empossado, participou das reuniões desde então. Nestas, têm-se adotado a perspectiva de um capitalismo que se globaliza irremediavelmente e de um mercado onipresente, ou seja, há aceitação destes importantes dogmas neoliberais, mas buscando relativizar valores como “Estado mínimo”, “desregulamentação irrestrita” e “individualismo econômico”, afeitos ao neoliberalismo ortodoxo (LIMA e MARTINS, 2005, p. 44):

Os social-democratas [...] precisam superar algumas de suas preocupações e temores relacionados com os mercados. Mas a idéia neoliberal de que os mercados em quase toda parte devem tomar o lugar dos bens públicos é ridícula. O neoliberalismo é uma abordagem profundamente falha à política, porque supõe que não é preciso se responsabilizar pelas conseqüências sociais das decisões baseadas no mercado (GIDDENS, 2001b, p. 40).

TERCEIRA VIA, SOCIEDADE CIVIL E EDUCAÇÃO

Considerando as obras de Anthony Giddens, que, a partir do final dos anos 1990 tentaram sistematizar as idéias de Tony Blair e do novo trabalhismo inglês, procuramos a partir daqui aprofundar as concepções e propostas da Terceira Via para a sociedade civil e a educação. Baseamo-nos também na importante obra de Lúcia Maria Wanderley Neves (2005), em especial os textos de Lima e Martins (2005).

As obras sociológicas e doutrinárias de Giddens acabam confluindo em teses que afirmam que, primeiro, vivemos em uma sociedade pós-tradicional, portanto, em uma “era das incertezas”, em que as verdades que nos orientam no cotidiano têm curta duração pois que “Nenhum conhecimento sob as condições da modernidade é conhecimento no sentido ‘antigo’, em que ‘conhecer’ é estar certo” (GIDDENS, 1991, p. 46 – grifo do autor); segundo, que o capitalismo é mesmo o sistema “natural”, praticamente eternizado, no qual nos é fadado viver. Diante desta dura realidade, “não cabe aos homens a direção do processo histórico”, somos reféns de um sistema em constante auto-mutação e a história torna-se mera “somatória dos acontecimentos sucessivos e incertos” (LIMA e MARTINS, 2005, p. 48-49).

Apesar disso, a nova ordem pós-tradicional e a globalização – que é considerada menos em seu aspecto econômico de hierarquização, concentração de riquezas e exclusão social, e mais em seu aspecto cultural e comunicacional (como compressão do espaço-tempo e certa homogeneização sociocultural) – tornam possível e necessário aos indivíduos exercer a reflexividade na sua vida pessoal e coletiva. Neste sentido, os indivíduos são tidos como mais capazes de controlar suas atividades e os significados delas, ainda que não em toda a sua extensão – como já dito, em espe-

cial sobre os resultados não esperados das ações sociais – filtrando as informações relevantes da realidade para suas vidas rotineiras. Isto torna possível e igualmente necessário, no entender de Giddens, a criação de uma “sociedade civil ativa”, em que indivíduos atentos e inteligentes atuem menos na reivindicação de direitos e mais na “prestação de serviços” – tais como o de nosso propalado voluntariado (LIMA e MARTINS, 2005, p. 50). Esta nova sociedade civil presta tanto à reestruturação das solidariedades danificadas, contribuindo para a recuperação da “coesão social”, quanto à “disseminação de posturas mais harmônicas, flexíveis, dialógicas e cooperativas” para enfrentar as incertezas da realidade contemporânea (LIMA e MARTINS, 2005, p. 52): “A política da terceira via também procura se basear na lição essencial de 1989 e dos anos seguintes – o fato de que uma forte sociedade civil é necessária tanto para um governo democrático eficaz quanto para um sistema de mercado que funcione adequadamente” (GIDDENS, 2001b, p. 36-37).

Não são as antigas atitudes que contribuirão para esta renovação do sentimento de pertença, de “comunidade”,¹⁰ ou seja, nem a tradicional filantropia, nem a conflituosa militância em entidades classistas, mas sim ações como ajuda mútua, colaboração entre classes e harmonização, nas quais os voluntários das organizações não-governamentais são exemplos ideais. Este incentivo à participação cidadã colaborativa é um dos principais elementos desta recriação da “sociedade civil”, como ilustra o Quadro 1:

QUADRO 1 A renovação da sociedade civil

A renovação da sociedade civil

Governo e sociedade civil em parceria
Renovação comunitária através do aproveitamento da iniciativa local
Envolvimento do terceiro setor, as associações voluntárias
Proteção da esfera pública local
Prevenção do crime baseada na comunidade
A família democrática

Fonte: Giddens (2001a, p. 89).

Como atesta o Quadro 1, esta renovação, a par da direção do Estado – como se discutirá adiante – permitirá, também, o combate e prevenção ao crime. Se em *A*

¹⁰ “O comunitarismo, contudo, tem seus problemas [...]. Portanto, é para a sociedade civil mais genericamente, em vez de ‘a comunidade’, que devemos nos voltar como um elemento essencial da política da terceira via [...] Nem uma economia de mercado, nem um Estado democrático pode funcionar com eficácia sem a influência civilizadora da associação civil” (GIDDENS, 2001b, p. 69).

terceira via a “comunidade” e a prevenção se destacam nas reflexões de Giddens, em *A terceira via e seus críticos* estas ocupam o mesmo grau de importância das medidas repressivas de combate ao crime. Ao lado da defesa de uma política de apoio à família nuclear, a repressão ao crime é o exemplo do necessário “conservadorismo moral” a que deve se render a política da Terceira Via:

Os “políticos da terceira via original”, Bill Clinton e Tony Blair, não se deram ao trabalho de demonstrar brandura para com o crime [...]. Os social-democratas não devem ter receio de ser rigorosos onde antes foram brandos. O crime é um problema importante [...]. Agora está bem estabelecido que a prosperidade crescente, mesmo quando é amplamente compartilhada, não é automaticamente acompanhada de um declínio geral do crime (GIDDENS, 2001b, p. 51 e 168).

Sobre o Quadro 1, enfim, é necessário o estímulo à família “democrática”, ou seja, a família nuclear burguesa com relações mais democráticas entre seus membros.¹¹ Depois de citar dados que comprovariam que as crianças criadas em famílias com apenas um dos pais biológicos são “piores” que as que crescem com ambos os pais, Giddens afirma a necessidade de políticas de “incentivo” à família de tipo nuclear burguesa: “Os governos [...] devem fomentar as condições em que os indivíduos sejam capazes de formas ligações estáveis com outros, especialmente onde os filhos estão envolvidos, e aceitar a responsabilidade que acompanha as liberdades contemporâneas” (GIDDENS, 2001b, p. 54). Não parece ter sido acidental, como afirmamos no item 1, que Tony Blair tenha atacado direitos sociais das mães solteiras no seu governo.

Por sua vez, continuariam vigentes e importantes, nesta nova era da globalização incerta, os Estados nacionais, não mais como planejadores dos destinos da coletividade, mas como o lugar do “exercício do poder” para a regulação das atividades socioeconômicas, tornando-as capazes de responder à altura dos desafios do contemporâneo e intempestivo capitalismo mundial. Acima de tudo, deve este Estado ser forte o bastante para promover sua própria renovação, em especial tornando possível a “governabilidade” em dada situação nacional-estatal, qual seja, a da geração e gestão de uma sintonia entre esse novo Estado e organizações da sociedade civil, bem como a articulação harmoniosa entre a esfera “pública” e a esfera “privada”. O sistema escolar é um exemplo disto, para Giddens:

Algumas atividades podem ser desenvolvidas por comunidades locais, mas com frequência precisam ser licenciadas ou monitoradas pelo governo. Isto se aplica

¹¹ Uma interessante discussão de Giddens sobre a democratização necessária das relações de gênero se encontra em Giddens (1993), em que afirma: “Mas as possibilidades radicalizadoras da transformação da intimidade são bastante reais. [...] se considerada como uma negociação transacional de vínculos pessoais, estabelecida por iguais, ela surge sob uma luz completamente diferente. A intimidade implica uma total democratização no domínio interpessoal, de uma maneira plenamente compatível com a democracia na esfera pública” (p. 11).

obviamente à educação, por exemplo, área em que as escolas podem receber uma gama de novos poderes, mas o modo como estes são utilizados é regulado pelo Estado (2001a, p. 94).

Para atender a estas novas demandas, o Estado precisa descentralizar-se, democratizar-se, tornar-se mais transparente, eficiente e regulador. É este Estado renovado quem terá a função de dar as diretrizes para as ações das organizações da sociedade civil ativa, bem como realizar parcerias com elas. Com este Estado renovado será possível – contando com a contribuição da sociedade civil ativa e dos indivíduos responsáveis – promover a harmonização social por meio de um pacto social, de uma “concertação social” (GIDDENS, 2001a).

Precisamos reconectar essas três esferas (Estado, mercado e sociedade civil) por meio de um novo contrato social, adequado para uma era em que a globalização e o individualismo andam lado a lado. O novo contrato ressalta os direitos e as responsabilidades dos cidadãos. As pessoas não devem se limitar a receber da sociedade, mas se voltar para ela. O preceito “nenhum direito sem responsabilidades” se aplica a todos os indivíduos e grupos. O governo deve manter um papel regulamentador em muitos contextos, mas tanto quanto possível deve se tornar um facilitador, proporcionando recursos para que os cidadãos assumam a responsabilidade pelas conseqüências de seus atos (Giddens, 2001b, p. 167).

A Terceira via é uma expressão do necessário (re)ajuste das formas de vida, trabalho, instituições e organizações do capitalismo, mas que deseja manter os princípios fundamentais deste sistema, sem romper nem mesmo com suas mais marcantes características em tempos de globalização e mercantilização acelerada. Expressa também a verdade óbvia de que o livre mercado por si só não resolveu os problemas sociais do capitalismo, nem os combateu (e, pior, apenas agravou-os). Para tanto, a Terceira Via apregoa, entre outros pontos, que é necessário mobilizar forças sociais para combater estes problemas. Ao mesmo tempo, este movimento torna “todos” cúmplices do atual capitalismo, considerado, ainda que problemático e imprevisível, como absoluto e imponderável.

Segundo Lima e Martins (2005), a sociedade civil é concebida por Giddens de modo desarticulado de outras realidades sociais, em especial das relações econômicas, supostamente tomando o lugar de agente histórico – reconhecidamente limitado – que um dia teria sido o das classes sociais. A representação que faz de si o Terceiro Setor e as autodenominadas ações e organismos da “sociedade civil”, em toda sua fragmentaridade e multiplicidade, são aceitas como realidade autônoma por Giddens, o que engendra em suas obras de divulgação da Terceira Via um alto grau de generalidade nas suas afirmações e a recusa da atualidade da luta de classe.

Quanto ao Estado renovado, deveria este assumir a ação pedagógica de propagar a “nova cultura cívica” no interior desta “sociedade civil ativa”, estimulan-

do o empreendedorismo social e o voluntariado, sob o slogan “o Estado não deve remar, mas assumir o leme; não apenas controlar, mas desafiar” (GIDDENS, 2001b, p. 16). Percebe-se que o aspecto renovado deste Estado está mais presente neste novo tipo de políticas sociais, feitas em parceria com entidades da “sociedade civil” e visando estimular a auto-organização das comunidades – ou seja, incentivando e sendo parceiro das organizações na solução dos seus próprios problemas localizados e pontuais. Já no aspecto econômico, continua o Estado tendo a função, mais assumida agora do que antes, de permitir a flexibilidade do trabalho e incentivar a livre concorrência e a iniciativa privada: “os empresários têm recebido pouca atenção da velha esquerda e (sic!) dos neoliberais. [...] Uma sociedade que não estimula a cultura empresarial não pode gerar a energia econômica que provém das idéias mais criativas” (GIDDENS, 2001b, p. 79-80). Para tanto, deve o Estado “manter a inflação baixa, limitar os empréstimos governamentais e usar vigorosas medidas de incentivo fiscal para fomentar o crescimento e altos níveis de crescimento” (GIDDENS, 2001b, p. 78).

Os problemas sociais evidentes no novo capitalismo devem, é claro, ser combatidos. Mas as soluções propostas pela Terceira Via, distantes mesmo dos ecos do Estado de Bem-Estar desmantelado pelos governos conservadores na Inglaterra de Giddens e Blair, são muito semelhantes às do (neo)liberalismo. Trata-se de promover “políticas [sociais] gerativas’ que desenvolvam o chamado ‘capital social’ dos grupos de indivíduos para ação, inculcando neles o espírito empreendedor, a autoconfiança, a capacidade de administrar riscos” (LIMA e MARTINS, 2005, p. 57) – muito longe da atribuição universal de direitos por um Estado de Bem-Estar, o que é considerado, tanto por neoliberais quanto pela Terceira Via, como uma “cultura da dependência” dos indivíduos acomodados ao Estado.

Mas, diferente do neoliberalismo ortodoxo, esta nova versão amenizada do neoliberalismo, a Terceira Via, vai conceber o Estado como importante ator no combate às mazelas sociais e na garantia do crescimento econômico. Não diretamente, como se deu nas formas interventoras de Estado – de Bem-Estar, desenvolvimentista e socialista –, mas por meio de:

a) enfrentamento das questões sociais via parcerias com entidades da “sociedade civil” para, acima de tudo, gerar uma nova subjetividade nas quais os indivíduos assumem responsabilidades de lidar com questões coletivas antes do Estado – desenvolvendo, em especial nas comunidades com problemas sociais, o seu “capital social”, ou seja, a capacidade da coletividade se mobilizar para resolver suas dificuldades;

b) incentivo ao desenvolvimento econômico, por meio de parcerias público-privadas – incluindo-se, aqui, parcerias com ONGs para a gestão das obras sociais, pensadas e propostas pelo Estado em conjunto com agências externas a ele.

Há ainda uma terceira função do Estado, sempre correlacionada às duas primeiras: trata-se da função pedagógica do novo Estado da Terceira Via.

Como já dito, há um aspecto “político”, “repolitizador”, qual seja, o de estimular os indivíduos a agirem antes e independente do Estado diante de problemas socioeconômicos cuja resolução pode estar ao seu alcance. Trata-se de criar, via educação, este novo indivíduo capaz de assumir uma postura responsável e ativa diante das vicissitudes do mundo capitalista instável e conturbado, um cidadão capaz de articular diversos saberes e informações para tomar decisões relativas ao seu cotidiano e sua vida coletiva mais imediata, capaz mesmo de reciclar, sempre que necessário, antigos valores e hábitos e tomar uma postura mais realista e efetiva na realidade sempre mutante. Trata-se de gerar o indivíduo “repolitizado”, tanto quanto o indivíduo empreendedor, seja no aspecto social, seja no econômico. O empreendedorismo social (como o do voluntário) e o empreendedorismo econômico (o do ente atento a novas oportunidades de negócio, ou o que busca a sua “empregabilidade”), também nos parecem estreitamente ligados, tal como nos provam os processos seletivos de grandes empresas atualmente, que vêm em muito valorizando nos currículos dos candidatos suas ações “voluntárias”. Isso transparece nos textos de Giddens quando ilustra as características a serem seguidas pelos “empreendedores sociais” do Terceiro Setor:

se desenvolvidos de maneira eficaz, os grupos do terceiro setor podem oferecer opções de escolha e capacidade de resposta na prestação de serviços públicos. [...] Para tanto, eles precisam ser ativos e empreendedores. Os empresários sociais podem ser inovadores muito eficazes no domínio da sociedade civil, ao mesmo tempo que contribuem para o desenvolvimento econômico (GIDDENS, 2001b, p. 86).

Mas é ainda mais evidente quando adota a teoria do capital social, pregando que coletividades atingidas pelos males da nossa contemporânea sociedade de risco precisam ser capazes de, rapidamente, mobilizar suas capacidades produtivas e de solidariedade para solucionar estas dificuldades.

O cultivo do capital social é essencial para a economia do conhecimento [...]. O capital social se relaciona com as redes de confiança que os indivíduos podem formar para obter apoio social, assim como o capital financeiro pode ser formado para utilização em investimento. Como o capital financeiro, o capital social pode ser expandido – investido e reinvestido. [...] [O capital social] é de importância extrema para a sociedade civil – torna possível a civilidade cotidiana, crucial para a vida pública eficaz. No contexto da nova economia, [...] está na base das redes que desempenham um importante papel na inovação (GIDDENS, 2001b, p. 82-83).

A Teoria do Capital Humano (desenvolvida por autores como T. Schultz nos anos 1960) afirmava que o “capital humano” gera por si só valor e riqueza, sendo todos, portanto, “capitalistas” (já que ou têm capital produtivo ou têm capital humano), em uma sociedade que não possuiria mais classes sociais. A Teoria do Capital Social (sistematizada recentemente nos Estados Unidos por autores como Francis Fukuyama

e James Coleman, adotada prontamente por instituições da Organização das Nações Unidas e do Banco Mundial) afirma que este é a “capacidade” de articulação de grupos de indivíduos e/ou comunidades locais para resolver problemas sociais imediatos, revertendo a pobreza em uma atitude não passiva diante do Estado.

Outro teórico muito próximo desta concepção, bastante citado por Giddens, é o economista indiano Amartya Sen: “O conceito de Amartya Sen de ‘capacidade social’ é um ponto de partida adequado. [...] As políticas projetadas para promover a igualdade devem ser focalizadas no que Sen chama de ‘conjunto de capacidades’ – a liberdade total de uma pessoa de buscar seu bem estar” (GIDDENS, 2001b, p. 91).

Com base nessas premissas, Giddens vai considerar que a principal forma de desigualdade em tempos de globalização e economia de conhecimento, não se dá tanto pela diferença de renda, mas pela “exclusão social” – “ao fato de não compartilhar as oportunidades que tem a maioria” (GIDDENS, 2001b, p. 198). A exclusão social seria causada pela carência de instrumentos e capacitações para a adaptação e inclusão nas estruturas e relações socioeconômicas vigentes. Isso implicaria em novas formas de buscar um *welfare* – o bem-estar –, distinto do velho e supostamente inaplicável Estado de Bem-Estar que fazia uso de tributações “excessivas” e do acesso universal a serviços públicos e assistência, pretensamente gerando acomodação e dependência ao Estado. Uma série de sugestões, de cunho mais pragmático que doutrinário, são arroladas por Giddens, em especial o investimento em “capital humano” (como treinamento e retreinamento de mão-de-obra).

Os trechos de Giddens transcritos abaixo, que trazem muito dos argumentos e do tom genérico da citação de Tony Blair feita no item 4, atesta o papel ativo do Estado na educação segundo a Terceira Via – não necessariamente como proprietário dos estabelecimentos de ensino e empregadora dos seus funcionários, mas ao menos como órgão do qual emanam os princípios e objetivos educativos e como agência regulador-fiscalizadora das iniciativas educativas da “sociedade civil” e do mercado. Também, trazem presentes, nem sempre explicitamente, outros elementos reveladores da concepção de educação da Terceira Via.

Educação e treinamento tornaram-se o novo mantra para os políticos social-democratas. Numa expressão famosa, Tony Blair descreve suas três principais prioridades no governo como ‘educação, educação, educação’. A necessidade de melhores qualificações educacionais e de treinamento em habilidades é evidente na maioria dos países industrializados, particularmente no que diz respeito aos grupos mais pobres. Quem poderia negar que uma população bem-formada é desejável para qualquer sociedade? O investimento em educação é um imperativo do governo hoje, como uma base essencial da ‘redistribuição de possibilidades’ (GIDDENS, 2001a, p. 119).

A principal força no desenvolvimento de capital humano obviamente deve ser a educação. É o principal investimento público que pode estimular a eficiência e a coesão social. [...] A educação precisa ser redefinida de forma a se concentrar

nas capacidades que os indivíduos poderão desenvolver ao longo da vida. [...] A aprendizagem (e o esquecimento – ser capaz de descartar velhos hábitos) é essencial para o trabalho na economia do conhecimento (GIDDENS, 2001b, p. 78-79).

A primeira citação fala em “mantra” (adiante, Giddens dirá mesmo “dogma”, buscando convencer o leitor da importância da educação para a Terceira Via) e também alude à teoria de Amartya Sen sobre a “capacidade social”. A segunda citação, deixa ainda mais evidente que a concepção de educação da Terceira Via, apesar de usar neste caso o antiquado termo “capital humano”, adota os princípios da teoria do capital social e da teoria das “competências” – no segundo caso, na indicação que é preciso saber aprender e desaprender, ou seja, que é preciso ter a prontidão para reciclar seus saberes. Enfim, defende-se a idéia de que vivemos na “sociedade do conhecimento”, em que a “reflexividade” é fundamental, e em que a educação é processo decisivo para a criação do indivíduo reflexivo.

CONCLUSÃO

Giddens não terminaria *A terceira via e seus críticos* sem deixar de citar a influência de sua ideologia no sul do globo – ainda que apenas no ante e penúltimo parágrafos da obra. É claro, não se esquecera de dizer e repetir que os principais culpados pelos problemas dos países pobres eram eles próprios,¹² Mesmo assim, a globalização das comunicações e informações permitira, praticamente “em tempo real”, que o sul acompanhasse o que se dava no contexto europeu e norte-americano em matéria da política da Terceira Via. E Giddens não deixou de citar como um bom representante disto Luiz Carlos Bresser Pereira, que seria ministro da reforma de Estado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Bresser Pereira havia feito um “estágio” na Inglaterra, voltando de lá disposto a promover a aplicação dos

¹² “A maioria dos problemas que restringem o desenvolvimento econômico dos países empobrecidos não vem da própria economia global ou do comportamento egoísta das nações mais ricas. Elas repousam principalmente nas próprias sociedades [...]. A esquerda modernizadora reconhece que os interesses dos países em desenvolvimento são com freqüência os mesmos, em vez de supor que os problemas dos países mais pobres provêm principalmente de fatores externos” (GIDDENS, 2001b, p. 132-169).

princípios da Terceira Via na reforma do Estado brasileiro, que, nas suas palavras, deixava de ser patrimonial e se tornava “gerencial” (PEREIRA, 2001).¹³

Nas palavras de Paoli (2002), enquanto que na Inglaterra o discurso da Terceira Via, bem ou mal, era um contraponto ao radicalismo antiestatista do neoliberalismo de Margareth Thatcher, no Brasil, este fez verdadeiro papel de combate aos direitos sociais e instituições estatais que apontavam, desde o fim do Regime Militar, para uma espécie de Estado de Bem-Estar “fora de época” – ainda que de modo algum “fora de propósito” em uma sociedade com extrema desigualdade e dívidas sociais imensas.

Outra diferença, a princípio, reside no fato de serem os países do sul social e economicamente muito distintos dos países do norte. Neste ponto, porém, Giddens e Bresser Pereira vão encontrar no argumento da ascensão da “economia do conhecimento” a justificativa para a possibilidade de aplicar, seja na Inglaterra, seja no Brasil, os mesmos princípios da política da Terceira Via. Se encontra nos próprios escritos de Giddens, a fonte de inspiração para Bresser Pereira (2001) dizer que a sociedade e economia brasileira já estavam prontas para este “salto”, diretamente ao Estado gerencial, já que teríamos também abruptamente começado a nos tornar uma “economia do conhecimento:”

A nova economia do conhecimento não triunfou completamente, mas está a ponto de conseguir tal vitória. Em combinação com os aspectos mais amplos da globalização, ela assinala uma transição importante na natureza da atividade econômica. [...] Sociedades ou regiões inteiras podem passar de agrárias para uma economia do conhecimento sem atravessar uma fase de industrialização ao velho estilo (GIDDENS, 2001b, p. 74-75).

Para encerrar, retomando o assunto reforma do Estado, lembramos que Giddens buscava resgatar as funções básicas do governo (GIDDENS, 2001a, p. 57) diante de tantos anos de apaixonado discurso antiestatista no comando do governo britânico. Suas assertivas são quase que óbvias, em geral assumindo um tom dispersivo e ambíguo. Seu modo de argumentar é estratégico, numa brincadeira de esconde-esconde, como quando fala da necessidade de (re)criar um “forte sistema de welfare” – deixando para esclarecer em seguida que trata de um “welfare positivo”, ou seja, que se trata de “atacar problemas de dependência, isolamento e perda de

¹³ Bresser Pereira seguia os ensinamentos de Giddens neste aspecto, que afirmara: “A política da terceira via busca transformar o governo e o Estado – torná-los tão eficientes e ágeis quanto muitos setores da economia o são agora. Este objetivo deve ser alcançado mediante reforma estrutural, e não pela transformação das instituições do Estado em mercados ou semimercados. [...] As empresas mais eficazes se desburocratizaram, em busca de um *benchmarking* dos padrões, e concederam aos níveis mais baixos da organização uma autonomia maior na tomada de decisões. O governo deve procurar alcançar resultados similares em seus próprios órgãos” (GIDDENS, 2001b, p. 64).

realização pessoal onde quer que surjam” (GIDDENS, 2001b, p. 166-167), nunca da retomada das políticas universalistas e redistributivas do Estado de Bem-Estar.

No entanto, o que esta listagem sobre os papéis do governo diz sobre a educação não deixa muita margem a dúvidas: “[o governo existe para] promover o desenvolvimento ativo do capital humano através de seu papel essencial no sistema de educação” (GIDDENS, 2001a, p. 57). Este item torna-se mesmo um dogma da Terceira Via: “Outro dogma da política da terceira via – onde quer que seja possível, invista em capital humano” (GIDDENS, 2001b, p. 167). A educação que virou o mantra da Terceira Via é concebida de modo tecnicista, tendo como função desenvolver o “capital humano”. Entretanto, se adotarmos uma noção mais abrangente de educação, como faz Neves (2005), percebe-se que todo o programa da Terceira Via é uma proposta ampla de intervenção educacional, como uma “re-politização” do indivíduo e da “sociedade civil”, aspirando que esses se tornem agentes reflexivos, propositivos e ativos para a ação voluntária e o empreendedorismo, necessários para esta era de risco e globalização.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. O “New Labour” e a Terceira Via de Tony Blair. In: _____. *O sentido do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001, p. 95-99.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria crítica do sistema de ensino*. Trad. Perdighão Gomes da Silva. São Paulo: Francisco Alves, 1975.
- COHEN, Ira J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p. 393-446.
- DOMINGUES, José Maurício. Estruturismo e estruturação: Bourdieu e Giddens. In: _____. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, cap. 4, p. 55-69.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- _____. *A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.
- _____. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001a.
- _____. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001b.
- GIDDENS, A.; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. Terceira Via, Terceiro Setor e ONGs: espaços de um novo associativismo. In: _____. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo: Cortez, 1999, cap. II, p. 65-90.

HAYEK, Friedrich August Von. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, Instituto Neoliberal, 1987.

LIMA, Kátia R. S. L.; MARTINS, André S. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 43-67.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. 4. ed. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympo, 1993.

MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MELO, Adriana Almeida S. de. Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 69-82.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, cap. 8, p. 373-418.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Do Estado patrimonial ao gerencial. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 222-259.

📧 LUÍS ANTONIO GROPPA é doutor em Ciências Sociais e mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal). Atua nas áreas da Sociologia da Educação, Sociologia da Juventude e História dos Movimentos Estudantis. E-mail: luis.groppa@am.unisal.br.

📧 MARCOS FRANCISCO MARTINS é licenciado em Filosofia, doutor em Filosofia e História da Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenador do Programa de Mestrado em Educação do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal). Estuda e pesquisa os seguintes temas: fundamentos da educação, epistemologia e pesquisa em educação, Antonio Gramsci. E-mail: mmmartins@lexxa.com.br.

*Recebido em agosto de 2008
Aprovado em outubro de 2008*